



SENADO FEDERAL

Senadora  
**LÍDICE DA MATA**

# **INDEPENDÊNCIA DA BAHIA**

**Sessão especial  
realizada no dia 4 de julho de 2011  
no Plenário do Senado Federal**

BRASÍLIA  
DF





SENADO FEDERAL

SENADORA **LÍDICE DA MATA**

# INDEPENDÊNCIA DA BAHIA

*Sessão especial realizada no dia 4 de  
julho de 2011 no Plenário do Senado  
Federal*

BRASÍLIA – DF



# **SESSÃO ESPECIAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA**

**Realizada no dia 4 de julho de 2011  
Plenário do Senado Federal**

## **Apresentação**

### *A Consolidação da Independência do Brasil na Bahia*

Para muitos brasileiros, a frase “Independência ou Morte” profetizada por D. Pedro I às margens do rio Ipiranga marcou definitivamente o início da autonomia política do Brasil em relação a sua antiga metrópole, Portugal. Considerando os exageros que cercam o tema, podemos afirmar que no caso do Nordeste e especificamente da Bahia, a separação foi resultado de um processo muito mais complexo e por vezes violento. Para se ter uma ideia do significado do 2 de julho, é importante recuperar um pouco da história do Brasil e dos baianos no esforço para a consolidação da independência.

A separação do Brasil da metrópole portuguesa deu os seus primeiros passos com a chegada da família real em 1808 e com as transformações políticas e econômicas resultantes, sobretudo a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido.

Em 1820, eclodiu na cidade do Porto, em Portugal, uma Revolução Liberal Constitucionalista, que exigia o retorno de D. João VI junto com a corte imperial para a Europa e a implantação de um regime Monárquico Constitucional. Como resultado, na Província da Bahia no mês de fevereiro de 1821, uma conspiração em apoio a Revolução do Porto eclodiu no Forte de São Pedro em Salvador. Nos meses seguintes, foram eleitos deputados nas províncias brasileiras para serem enviados às Cortes. Ao chegarem em Portugal, esses deputados compreenderam a feição conservadora da Revolução do Porto, que, entre outras medidas, pretendia recolonizar o Brasil.

Diante das insatisfações dos brasileiros frente ao projeto recolonizador em curso na Metrópole, começaram os conflitos entre os partidários da causa do Brasil e os defensores da causa portuguesa. Os oficiais

militares e civis baianos passaram a desafiar a Junta Provisória da Bahia, dominada pelos portugueses. Estas manifestações de insatisfação exigiam o fim da Junta Provisória e maior autonomia da Câmara de Salvador.

Em 15 de fevereiro de 1822, chegou à cidade de Salvador uma Carta Régia nomeando o Brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo para o cargo de Governador das Armas, substituindo o brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Os comandantes militares recusaram-se a aceitar a autoridade de Madeira de Melo. Sobre esta situação um documento da época nos oferece mais detalhes:

*Ilmo. e Exmo. Sr*

*Havendo a Junta Provisória de Governo desta Província, empregado todos os seus desvelos nas conferencias que tem tido com V. Exa. para acertar as medidas que possam prevenir quaisquer acontecimentos funestos, com que os partidos desgraçadamente anunciados procurem perturbar o público sossego, por ocasião da posse do governo das armas, com o que V. Exa. se tem muito cordialmente conformado, e continuando, todavia, a espalhar-se boatos temerosos, que inspiram a esta Junta os mais justos receios de se não haver ainda plenamente conseguido o fim da tranqüillidade que ela se havia proposto, a mesma Junta, a quem muito particularmente incumbe vigiar sobre a policia e segurança da Província, desde já requer a V. Exa., em nome do soberano Congresso da nação e Del Rei o Sr. D. João VI, haja de dar imediatamente as mais prontas providencias para que os corpos que lhe obedeçam se contenham nos limites da mais estrita disciplina, respeitando, como sempre, os cidadãos pacíficos, e que ocorrendo qualquer difficuldade, V. Exa. se apresente logo no Palácio deste governo, com os officiaes maiores de ambas as linhas às suas ordens, para que de comum acordo com esta Junta, as corporações e todos os cidadãos mais respeitáveis que possam congregar-se, se tome uma resolução sábia e capaz de segurar a salvação da Província, ficando, aliás, V. Exa. responsável para com as mesmas Cortes e El-Rei, de todos os maus resultados que possam acontecer.*

*Deus guarde a V. Exa.*

*Palácio do Governo da Bahia, aos 18 de Fevereiro de 1822. Francisco Vicente Vianna, Presidente; Francisco Carneiro de Campos, Secretario; Francisco Martins da Costa Guimarães, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Manoel Ignácio da Cunha e Manezes, José Cardoso de Pereira de Mello.*

In: Amaral, Braz do. História da Independência na Bahia. Publicações da Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1957, p.79.

Após a nomeação de Madeira de Melo ao Comando das Armas, ocorreram novos embates no interior das tropas, envolvendo portugueses e brasileiros. Estes incidentes culminaram com a tomada do Forte de São Pedro pelos lusitanos e com a morte da Abadessa Sórora do Conven-

to da Lapa, Joana Angélica, que heroicamente tentou impedir a entrada de soldados portugueses no claustro feminino do Convento da Lapa. O Termo de Falecimento de Joana Angélica, descrito abaixo, apresenta maiores detalhes sobre o episódio:

*“Termo do falecimento da Reverenda Madre Abadessa Joana Angélica de Jesus. Aos 20 de fevereiro de 1822, às onze horas para as doze da manhã, faleceu sem os Sacramentos por morrer de uma baionetada no acontecimento e entrada que fizeram neste Convento a tropa Lusitana, a Muito Digna Abadessa Joana Angélica de Jesus; foi seu corpo sepultado no coro baixo na sepultura nº 9, e se lhe fizeram todos os sufrágios que manda a nossa santa regra das Religiosas reformadas neste Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, onde havia feito solene profissão. Tinha de idade sessenta anos, dois meses e nove dias ...”*

(Livro de Óbitos do Mosteiro) In: Santos, Joel Rufino dos. O Dia em que o Povo Ganhou. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 69.

Após estes acontecimentos, dezenas de famílias e soldados brasileiros começaram a deixar Salvador rumo às vilas do Recôncavo, onde começou a ganhar força a resistência à ocupação portuguesa em Salvador. Várias localidades da Bahia, entre elas: São Francisco do Conde, Cachoeira, Santo Amaro, Saubara, Nazaré, Caetitê, Inhambupe, Itapicuru reuniram tropas de voluntários, reconheceram a autoridade de D. Pedro frente ao governo do Brasil e colaboraram com mantimentos e munições para compor o Exército Brasileiro, responsável pela organização da resistência no solo baiano. Abaixo, segue a proclamação deferida na Vila de Santo Amaro, em reconhecimento a autoridade do Príncipe Regente D. Pedro:

*“Que haja no Brasil hum centro único de Poder Executivo; que este Poder seja exercitado por sua Alteza Real o Príncipe Real, segundo as regras prescritas em uma liberal Constituição; e que a sede do mesmo Poder seja aquele lugar que mais útil for ao seu bom Regime e administração do Reino”. (in.: Tavares, Luís Henrique Dias. Independência do Brasil na Bahia. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, p. 94).*

No decorrer dos meses seguintes, várias batalhas se sucederam por terra e mar, tendo à frente do Exército Pacificador o General Labatut. Entre os principais conflitos, destacam-se os ocorridos em Pirajá, na Ilha de Itaparica, no Canal do Funil, em Cachoeira e no mar da Baía de Todos os Santos. Quando assumiu a direção do Exército Pacificador, Labatut encaminhou a seguinte missiva a Madeira de Melo:

*“General, como militar e filantropo, eu deploro vossa sorte; sim, vos achai-vos a mais de 2.000 léguas distante de Portugal, donde vos podiam socorrer, e eu à testa de um povo vingador dos seus direitos, e habitantes deste vasto continente, que em número de 20.000 (contando os que ocupam já diferentes pontos da Província), desejam mostrar pelo seu valor o nobre patriotismo, de que se acham possuídos”. (Risério, Antônio. Uma história da Cidade da Bahia. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004, p. 325).*

As batalhas que se seguiram tiveram características de guerra civil, alcançando seu ponto máximo nos meses de maio e junho de 1823, quando as tropas brasileiras, comandadas pelo Coronel Joaquim José de Lima e Silva, após a deposição de Labatut, cercaram Salvador, enquanto a esquadra comandada por Lord Cochrane posicionava-se à frente da Baía de Todos os Santos.

Numa carta enviada ao Rei de Portugal, Madeira de Melo narrou a difícil situação em que se encontrava:

*“Senhor – A falta de navios que se proponham a fazer viagem para Lisboa, a qual procede da estagnação do comércio e da incerteza em que todos estão sobre o ulterior destino deste país, me obrigou a pedir ao Comandante da Esquadra que fizesse sair um navio, a fim de levar a V. Majestade e a El-Rei novas do presente estado desta província, que assim como o do restante do Brasil exige prontas deliberações. Depois das últimas participações que a Vossa Majestade tive a honra de dirigir tudo quanto diz respeito ao estado político do Brasil tem piorado para nós. O espírito revolucionário tem abrangido toda classe de brasileiros, e tão espantosa tem a deserção da cidade para o Rio de Janeiro e Recôncavo, que repartições civis quase inteiras têm tomado tal expediente; mas elas se fazem ainda mais sensíveis no Arsenal da Marinha e Trem do Exército, donde têm fugido quase todos os operários, não só pelo seu espírito revoltoso; mas porque a falta de pagamento e a carestia dos víveres os reduziu à última penúria. [...] A falta e carestia dos víveres é cada vez mais excessiva; as últimas povoações (Prado e São Mateus), donde vinha alguma farinha de mandioca, foram obrigadas a revoltar-se [ ] O povo já sofre, e muito virá a sentir com a privação daqueles gêneros; ele não sofrerá menos com as dificuldades para fornecer a tropa e a esquadra de víveres e de petrechos e munições, e não só a escassez de tudo ocasiona este mal, mas também o triste estado das finanças que vai progressivamente piorando. [...]” Carta de Inácio Luis Madeira de Melo ao Rei de Portugal, enviada em 13 de dezembro de 1822.*

In: Santos, Joel Rufino dos. O Dia em que o Povo Ganhou. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 157-158.

Debilitada, sem apoio e incapaz de resistir à força do Exército Pacificador, a Legião Constitucional Lusitana, comandada pelo General Madeira de Melo, não teve outra opção senão se retirar da Bahia durante a madrugada de 2 de julho de 1823. E foi na manhã deste dia que o Exército Pacificador entrou triunfante para celebrar a vitória dos baianos contra o conservadorismo e a opressão. O trecho abaixo narra com detalhes a partida das tropas lusitanas e a entrada triunfante do Exército Pacificador:

*“Durante a madrugada de 2 de julho, [Madeira de Melo] promoveu in selentio noctis o embarque das tropas os vasos de guerra e em grandes navios mercantes, ao mesmo tempo em que a bordo de outras embarcações famílias portuguesas se amontoaram, com todos os pertences que puderam transportar. Toda a esquadra portuguesa levantou então as âncoras e partiu. Salvador ao alvorecer estava praticamente deserta. E quando o exército pacificador entrou na cidade, por volta do meio dia, passou por um arco do triunfo, mandado erguer em frente ao convento da Soledade pela madre Maria José do Coração de Jesus [ ] Assim, enquanto no mar a esquadra brasileira, sob o comando de Lord Cochrane, perseguia a portuguesa e aprisionava quatro dos seus navios, uma vez que Madeira de Melo não propusera a capitulação, os soldados do exército libertador, sem que tumulto ou desordem houvesse, ocuparam pacificamente a cidade de Salvador” (Bandeira, Luiz Alberto Muniz. O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 460-461).*

Mesmo sendo um conflito relativamente curto, pouco mais de um ano, as lutas pela expulsão das tropas lusitanas da Bahia foram fundamentais para a consolidação da ideia de unidade do território brasileiro. Basta lembrar que sem a Bahia, o novo país perderia uma das mais ricas e estrategicamente bem localizadas províncias do território, comprometendo a própria adesão de todo o norte (Maranhão-Pará) à causa da Independência do Brasil. Para Portugal, garantir o controle da Bahia poderia, por exemplo, permitir possíveis investidas no sentido de tentar reconquistar o território brasileiro. Ou seja, o desfecho do conflito na Bahia interessava muito a ambos os lados (Portugal e Brasil) e a vitória dos partidários da causa do Brasil foi fundamental para definir o que somos hoje como nação.

A guerra na Bahia foi resultado do entendimento de que a separação de sua antiga Metrópole era algo irreversível diante da tentativa de redução das prerrogativas sociais, políticas e econômicas que o Brasil havia conquistado durante os anos em que a Corte esteve sediada



no Rio de Janeiro. Podemos afirmar que as lutas pela independência do Brasil na Bahia foram fundamentais para a manutenção da integridade do território do país que hoje nós chamamos orgulhosamente de Brasil. A saída dos portugueses no dia 2 de julho de 1823 das águas da Baía de Todos os Santos foi a coroação dos enormes esforços de mulheres e homens, negros, brancos, índios e mestiços que deram suas vidas pela conquista da liberdade. Isso deve ser lembrado e comemorado sempre por todos nós.

A comemoração do dia 2 de Julho, portanto, é uma celebração à força organizativa do povo brasileiro, às tropas do Exército e à Marinha brasileira que, através de muitas lutas, conseguiram a separação definitiva do Brasil do domínio de Portugal, em 1823. Neste dia, é que verdadeiramente se concretizou a independência do Brasil, decretada por D. Pedro a 7 de setembro de 1822. Diante do exposto, esta é uma data de grande importância para o Brasil e, por isso, os brasileiros precisam ter acesso às informações que cercam as lutas pela consolidação da independência no Brasil para que tais episódios possam integrar o calendário cívico nacional.

**Ubiratan Castro de Araújo**

Diretor-Geral da Fundação Pedro Calmon

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

## DISCURSOS PROFERIDOS EM PLENÁRIO

### O SR. SENADOR JOÃO DURVAL

O 2 de Julho é uma data muito importante para a Bahia. E deveria ser também para todo o Brasil. Poucas pessoas fora da Bahia, por uma falha de informação histórica, sabem que ela representa a verdadeira independência do Brasil e não somente independência de nosso Estado.

O grito de D. Pedro I, às margens do Ipiranga, em São Paulo, não garantia plena liberdade sobre o território brasileiro. Entre os dois fatos há uma guerra na Bahia, com muitas batalhas nas quais, em vários pontos de nossa terra, vencemos os soldados portugueses.

Desde o dia 2 de Julho de 1823, quando a Bahia ficou livre da subordinação política e administrativa de Portugal, e isso ocorreu bem depois do 7 de Setembro de 1822, até hoje, o povo e tão somente o povo comemora o feito e faz a festa. O Poder Público, em todas as suas hierarquias, adere, participa como convidado e se integra no espírito das festividades.

Lembremos um pouco a história dessa data que hoje vê transcorrer o centésimo octogésimo oitavo (188º) aniversário. É o dia em que, na alma de todos os baianos, o sol brilha mais, como se fosse no dia da Criação.

*Nasce o sol a 02 de Julho  
Brilha mais que no primeiro  
É sinal que neste dia,  
Até o sol é brasileiro*

*Nunca mais o despotismo  
Regerá nossas ações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros corações*

O hino era a comemoração da vitória. Da vitória que hoje, como todos os anos, festejamos. Mas tudo começa muitos anos antes. Desde o século XVIII, os baianos não aceitam o despotismo, a subordinação, ser caudatários do processo colonizador da metrópole. Tudo vem desde o movimento que a História identifica como “Revolução dos Alfaiates”, quando quatro humildes homens do povo pagaram, na forca, por querer

a liberdade da sua terra: Manoel Faustino dos Santos Lira, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas do Amorim Torres e Luiz Gonzaga das Virgens. Pendurados nas cordas na Praça da Piedade e tendo, logo após, os corpos esquartejados, são os pioneiros do martírio, e que não podem ser esquecidos.

Veio o 7 de Setembro. Festas e aclamações, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na Bahia, não. Na Bahia, onde a economia gerada pela produção do açúcar mantinha a cobiça econômica, a ordem portuguesa era resistir. E, para cumpri-la, ali estava o General Inácio Luiz Madeira de Melo.

Os libertários da Bahia tiveram, contratados por Pedro I, o serviço competente do General Pedro Labatut. O desempenho dos baianos na luta pode ser visto no que foi a decisiva e vitoriosa Batalha de Pirajá.

Já no passado, as mulheres emprestaram sua colaboração, participando da luta contra os portugueses, destacando-se sóror Joana Angélica, Maria Quitéria e Maria Felipa. Mártir da luta pela independência, sóror Joana Angélica abrindo os braços, num gesto comovente, tenta impedir que os portugueses entrem no Convento da Lapa. Foi assassinada a golpes de baioneta no portão da casa de Deus.

Outra heroína de guerra foi Maria Quitéria, que se disfarçou de homem e conseguiu se incorporar no batalhão de Voluntários do Príncipe, conhecidos como Periquitos, porque tinham os punhos e as golas das suas fardas verdes. A história destaca a valentia do soldado Medeiros, como era chamada Maria Quitéria de Jesus Medeiros.

Assim como Maria Quitéria, Maria Felipa de Oliveira também participou, liderando a resistência popular à invasão da Ilha de Itaparica. A história diz que Maria Felipa era uma negra forte, simpática e tinha um amor muito grande pelo Brasil, já que ela tinha vindo do Sudão e aqui encontrou sua verdadeira pátria. Liderando um grupo de 40 mulheres, ela simplesmente destruiu 42 embarcações portuguesas que estavam aqui nas costas de Itaparica. Uma bela heroína!

Na vitoriosa Batalha de Pirajá, vale recordar a entrada dos Encourados do Pedrão, um grande número de voluntários do Recôncavo, vaqueiros, que se incorporaram com roupas de couro, montados em seus cavalos e empunhando facões, gritando “Liberdade”.

Vários historiadores narram um fato acontecido na Batalha de Pirajá que ajudou significativamente na vitória baiana. O Major Barros

Falcão, no comando dos brasileiros, temendo ficar sitiado – e a História conta que em determinado momento só existiam 1.500 soldados brasileiros contra 3.000 soldados portugueses –, pela inferioridade de homens, mandou o corneteiro Lopes tocar a retirada, mas ele fez o oposto: deu primeiro o toque de avançar cavalaria e, em seguida, de degolar. Os inimigos, acreditando na chegada de reforços, bateram em retirada, e os brasileiros saíram vitoriosos da luta. O importante é que esses portugueses, cerca de 3.000, saíram de Pirajá e foram direto para os barcos, que estavam na costa da Bahia. Tomaram cerca de 33 navios portugueses e voltaram para a sua pátria.

Embora com a declaração de independência desde 1822, o Brasil ainda precisava se livrar das tropas portuguesas, que insistiam em continuar em algumas províncias, entre elas Piauí, Ceará e Maranhão.

Quem melhor do que o grande poeta baiano Castro Alves falou sobre a pugna imensa que se travou nos cerros da Bahia? Entre outros trechos do poema épico *Ode a 2 de Julho*, destaco os seguintes:

*Não! Não eram dois povos os que abalavam  
Naquele instante o solo ensanguentado...  
Era o porvir – em frente do passado,  
A liberdade – em frente à escravidão.  
Era a luta das águias – e do abutre,  
A revolta do pulso – contra os ferros,  
O pugilato da razão – com os erros,  
O duelo da treva – e do clarão!...*

E o poeta Castro Alves exalta a liberdade que a coragem dos baianos proporcionou ao povo brasileiro.

*Lá do campo deserto da batalha  
Uma voz se elevou clara e divina.  
Eras tu – liberdade peregrina!  
Esposa do porvir – noiva do Sol!...*

Hoje, 188 anos depois dessa data histórica, o 2 de Julho ainda é lembrado e comemorado com cortejos cívicos, desfile de carros embleáticos, queima de fogos, hasteamento de bandeiras e execução do Hino Nacional e do Hino ao 2 de Julho, acendimento da pira do fogo

simbólico, apresentações de orquestras, exposições culturais diversas e manifestações populares, tudo isso marcado pela imagem da alegoria do “Caboclo”, que representa a luta duradoura, ligada às aspirações de um povo.

Todos os anos, a Bahia se enfeita e festeja, com civismo e tradição, o 2 de Julho, marco final da independência do Brasil. A festa cívica é marcada principalmente pelas manifestações culturais próprias de nossa terra, com todos os seus ritmos, danças e declarações de louvor e fé.

Na memória do povo baiano, tal data não se apaga; ao contrário, perpetua-se. Resta-nos a certeza e a esperança de contribuir, com esta sessão solene, para registrar o marco histórico de nosso passado e permitir, a cada dia, que mais brasileiros conheçam, entendam e aprendam sobre o que representou o 2 de Julho para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

## A SR<sup>a</sup> SENADORA LÍDICE DA MATA

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Governador Jaques Wagner e todas as demais autoridades, tive a iniciativa de propor esta sessão solene subscrita por toda nossa bancada, para que o Senado pudesse ter a oportunidade de reverenciar a participação da Bahia no 2 de Julho, seguramente um dos episódios mais importantes e decisivos na luta que se travou para libertar o País do domínio português. Embora considerado um episódio decisivo na conquista da Independência, a data ainda é bastante desconhecida de muitos brasileiros.

A cada 2 de julho, o povo da Bahia reafirma suas homenagens à bravura de nossos antepassados na conquista da Independência nacional no século XIX. É a grande festa patriótica, em que a Bahia celebra o Brasil.

Ao relembrar a vitória na Guerra da Independência, o povo da Bahia reafirma nossos compromissos com a soberania brasileira, com a indissolúvel unidade do Brasil e com a democracia como único sistema político que nos interessa. Esse tripé consolida o Brasil como uma grande Nação, respeitada em todo o mundo, e isso se deve ao heroísmo de todos os brasileiros que lutaram na Bahia contra a ocupação da tropa das Cortes de Lisboa em 1822/1823.

A separação do Brasil da antiga metrópole portuguesa deu os seus primeiros passos com a transmigração da família real portuguesa em 1808, fuga da invasão de Portugal pelas tropas francesas. Muitas foram as transformações políticas e econômicas daí advindas. De colônia, o Brasil passou a capital do Império Português. Conquistou-se a liberdade econômica com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808 e conquistou-se a autonomia administrativa, com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido. Estava nascendo um novo e grande País irmanado a Portugal.

O fato disparador de um antagonismo entre brasileiros e europeus e a conseqüente separação entre os dois reinos foi a eclosão entre 1820, na cidade do Porto, de uma Revolução Liberal Constitucionalista, que pretendia regenerar Portugal de 18 anos de padecimentos com a ocupação francesa, com as guerras peninsulares e com a tutela exercida pelo aliado inglês. Para tanto, os revolucionários exigiam o retorno de D. João VI e da Corte Imperial para Europa, bem como a implantação de um regime monárquico constitucional, que tirava todos os poderes do

rei, transferindo-os para as Cortes de Lisboa, uma espécie de parlamento constituinte.

Em fevereiro de 1821, na cidade de Salvador, levantaram-se os liberais brasileiros em apoio à Revolução do Porto, acreditando que o fim do absolutismo real atenderia aos anseios de portugueses e brasileiros. Nos meses seguintes, foram eleitos deputados em todas as câmaras para representar os interesses brasileiros nas Cortes. Ao chegarem a Portugal, esses deputados compreenderam a feição conservadora da Revolução do Porto, que, entre outras medidas, pretendia recolonizar o Brasil.

Diante das insatisfações dos brasileiros frente ao projeto recolonizador em curso na metrópole, começaram os conflitos entre os partidários da causa do Brasil e os defensores da causa portuguesa. Os oficiais militares civis baianos desafiaram ou passaram a desafiar a Junta Provisória da Bahia, dominada pelos portugueses.

Essas manifestações de insatisfação exigiam o fim da Junta Provisória e maior autonomia da Câmara de Salvador.

A resposta das Cortes Portuguesas foi o uso da força militar para sufocar o movimento pela Independência do Brasil. Para isso foi enviada para a Bahia a Legião Constitucional Portuguesa, uma tropa de 4.500 europeus, comandada por um oficial português nacionalista radical, o General Luis Inácio Madeira de Mello. Essa tropa tudo fez para:

- desmoralizar a representação política brasileira;
- hostilizar e humilhar as tropas brasileiras, forçando a dissolução desses batalhões e sua substituição por tropas portuguesas;
- ocupar Salvador, dominar toda a capitania da Bahia de modo a hostilizar o regente do Reino Unido do Brasil, o príncipe D. Pedro, e impedir a unidade de um novo país independente.

Estava desencadeado o processo do que seria a chamada recolonização do Brasil.

Os baianos disseram não!

Os primeiros combates se deram na cidade do Salvador, em 19 e 20 de fevereiro de 1822. As tropas do Madeira destroçaram as tropas brasileiras, cujos sobreviventes refugiaram-se nas vilas do Recôncavo Baiano. Não é à toa que temos aqui a prefeita de Governador Mangabeira, uma das cidades revoltosas do Recôncavo Baiano. Estava instaurada

a ditadura das Cortes na Bahia. Em poucos dias, eles demonstrariam em Salvador a extensão de seu projeto de recolonização:

– Fim da liberdade econômica com a revogação na prática da abertura dos portos ao comércio internacional;

– Agressão sistemática das elites proprietárias de terras e de escravos, desalojando-os das representações políticas, forçando a sua migração para o Recôncavo e tratando-os todos como mestiços inferiores, ou seja, “cabras”. Assim cantava a malta portuguesa:

*Negro, três vezes negro,  
Catinga de bode macho,  
Vê se o seu beijo de cima  
Não é menor do que o de baixo!*

– Exclusão dos empregos públicos, principalmente da função militar, dos brasileiros pobres, mestiços e negros livres, para dar lugar aos desempregados portugueses brancos e europeus;

– Eliminação sumária por fuzilamento de todos os negros escravos que se rebelaram contra a escravidão. Assim o fizeram em Itaparica.

Esse era o modelo que pretendiam implantar em todo o Brasil: rebaixar todos os segmentos da sociedade brasileira para abrir espaço para uma nova elite de dirigentes e proprietários composta por portugueses europeus, brancos, arruinados em Portugal pelas guerras napoleônicas.

O povo da Bahia disse não!

Aproximaram-se os interesses de todas as classes e, pela primeira vez, formou-se uma grande frente política em torno do projeto da Independência do Brasil.

Em 14 de junho, Miguel Calmon Du Pin e Almeida traz à Bahia o novo projeto de novo estado nacional Independente, resultado da concertação dos Deputados brasileiros nas Cortes e sancionado pelo Príncipe Regente Pedro de Alcântara.

No dia 25 de junho de 1822, o povo e a Câmara da cidade heroica da Vila do Porto de Nossa Senhora da Cachoeira reúnem-se para aclamar o Príncipe Pedro e afirmar a sua lealdade ao governo do Reino Unido do Brasil, sediado no Rio, e sua ruptura total com as Cortes de Lisboa e seu



regime tirânico da cidade de Salvador, apesar do bombardeio da cidade por uma canhoneira portuguesa. O meu orgulho de ser cachoeirana.

O significado da sublevação do povo e da Câmara de Cachoeira foi de importância capital para a preservação da representação municipal baiana e a construção de um novo governo brasileiro independente, representativo e capaz de conduzir a nossa independência. Do 25 de junho, na Bahia, em Cachoeira, saiu o primeiro governo brasileiro independente, três meses antes de 7 de setembro. Por isso, o 25 de junho é uma data nacional brasileira. Entrarei com um projeto para que o Senado e o Congresso Nacional possam fazer esse reconhecimento. Deve ser reconhecida pelo Governo brasileiro.

O heroico governo da Cachoeira, antes mesmo da proclamação de Pedro de Alcântara como Imperador do Brasil, organizou o cerco a Salvador ocupada, fortificou todas as ilhas da Baía de Todos os Santos, lançou o embrião do Exército e da Marinha do Brasil. Para a formação do Estado Nacional Brasileiro, o governo da nossa querida e pequena Cachoeira foi pioneiro e desbravador.

Com o advento da Proclamação da Independência, no dia 7 de setembro de 1822, a causa brasileira ganhou outro alento. O novo governo imperial brasileiro contratou o General Pedro Labatut, ex-oficial do exército de Napoleão, exilado e subordinado de Simon Bolívar na América espanhola, como comandante de um novo exército, dito pacificador, que deveria se constituir na Bahia, para vencer a tropa das cortes de Lisboa. Trouxe armas, dinheiro, uma ordem de expulsão de Madeira de Mello. Trouxe também a experiência abolicionista de Bolívar. Lançou proclamação para todos os escravos, prometendo liberdade para quem se alistasse no Exército Pacificador.

Isso provocou uma adesão maciça dos negros, a ponto de provocar várias revoltas e fugas para entrar no Exército. Outra ordem de adesão importante foi a inclusão de muitos milhares de voluntários vindos de todos os sertões da Bahia, a exemplo dos Encourados de Pedrão e da adesão da população em geral, destacada com a participação das mulheres aqui reverenciadas pelo Senador João Durval: a nossa heroína maior cachoeirana Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa e tantas outras, da destacada atuação da nossa enfermeira Ana Nery, do gesto heroico da soror Joana Angélica, impedindo a evasão lá em Salvador com sua própria vida.

O Exército Pacificador duplicou com a chegada do valoroso Batalhão Pernambucano comandado pelo Tenente-Coronel Barros Falcão, do

eficiente Batalhão do Imperador do Rio de Janeiro comandado pelo Tenente-Coronel José Alves de Lima e Silva e posteriormente do Batalhão de Minas, que trouxe consigo os voluntários de Caitité e Rio de Contas. Muitos foram também os voluntários vindos da Paraíba, de Alagoas e de Sergipe. Este foi o Exército que sitiou as tropas de Madeira de Mello, venceu as principais batalhas de Cabrito e Pirajá e venceu a guerra de independência da Bahia.

O Governo Provisório de Cachoeira, fiel ao Império do Brasil, organizou às suas expensas uma flotilha de canhoneiras e saveiros artilhados, que combateram com sucessivas vitórias a marinha portuguesa dentro da Baía de Todos os Santos. O sucesso da guerrilha naval impediu o acesso dos portugueses às ricas terras de Nazaré, dita das farinhas, grande produtora de alimentos, e impediu a ocupação da estratégica ilha de Itaparica. Esta flotilha foi comandada pelo lendário marinheiro João das Botas.

Em março de 1823, o Governo do Rio de Janeiro faz outro importante investimento. Trouxe do Chile outro exilado europeu, o Lord Thomas Crochane, que comandou a primeira frota de guerra imperial. Ele instalou a sua frota no Morro de São Paulo, bloqueando a entrada da baía e o porto de Salvador.

Sem saída, por terra e por mar, Madeira e sua tropa trataram de fugir na noite do dia 2 de julho, deixando a cidade livre para a entrada dos libertadores brasileiros.

O legado de 2 de Julho constitui a própria cidadania dos baianos. Até hoje sabemos que a luta dos baianos, irmanados com todos os brasileiros, consolidou a Independência do Brasil, assegurando a nossa unidade nacional e integridade territorial. Sabemos também que a pauta que o 2 de julho trouxe consigo, representativa dos anseios dos vários segmentos sociais que participaram da guerra, foi largamente desrespeitada pelo Império do Brasil.

A abolição da escravidão foi apresentada por José Bonifácio à Assembleia Nacional Constituinte e, depois, simplesmente esquecida após sua dissolução por Pedro I. A igualdade racial, reivindicada pelos negros livres, na forma como foi proposta pelos revolucionários da Bahia de 1798, foi igualmente esquecida. A reforma agrária, reivindicada pelos sertanejos agricultores, também foi esquecida. E, em 1850, o Império fez valer a lei do latifúndio, por meio da famigerada Lei de Terras.

O povo ganhou no dia 2 de julho, mas não levou no dia 3 de julho. Por isso, desde 1824, a cada festejo do 2 de Julho, o povo celebra a vitó-

ria, mas também reafirma suas reivindicações não atendidas. Assim, a festa patriótica sempre teve o seu lado de protesto popular e cobrança do Estado democrático pelo qual lutou!

Essa data, portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, companheiros e amigos, sempre teve, a partir da luta, um significado muito forte para os baianos. Mesmo no período do regime militar, quando o desfile ganhou um caráter muito formal, o povo não deixou de participar. A partir de 1978, com o lançamento da anticandidatura ao Senado do Prof. Rômulo Almeida – e muitos dos que estão aqui neste plenário –, o MDB autêntico se incorporou ao desfile, marcando a participação dos partidos de oposição àquele regime ao cortejo, aproveitando-se claramente desse belo hino, que diz: “Nunca mais o despotismo regerá nossas ações. Com tiranos não combinam brasileiros corações.” Esse grito de guerra, entoado pela oposição na Bahia, acontecia sob forte repressão das forças conservadoras que a governavam.

Essa situação somente se modificou com a eleição do Governador Waldir Pires e hoje de Jaques Wagner. Todos os partidos e todos os movimentos participam de forma democrática do desfile cívico que percorre as mesmas ruas por onde passaram aqueles bravos baianos que expulsaram definitivamente os portugueses do País.

O Governador Jaques Wagner, ainda valorizando e reconhecendo a relevância da data, do 25 de junho, de maneira generosa, enviou à Assembleia Legislativa projeto que já estava dormitando por lá há alguns anos, de minha autoria, e que ele refez, transferindo simbolicamente a capital do Estado para a cidade heroica de Cachoeira, todo dia 25 de junho, o que faz justiça à participação do povo do Recôncavo Baiano nas lutas pela independência.

Dar a essa data a devida importância, resgatar a história da luta que se travou em solo baiano é um propósito que tem motivado várias gerações de Deputados e representantes da Bahia a apresentar projetos buscando valorizar essa data. Foram alguns deles, como os Deputados Domingos Leonelli; Luiz Alberto; Alice Portugal, que tem projeto para que a data do 2 de Julho seja incorporada ao calendário das efemérides nacionais. O Deputado e hoje Senador Walter Pinheiro e tantos outros baianos que sentem a necessidade de que o Brasil reconheça a nossa participação histórica em sua independência.

Esta sessão especial – creio, não tenho certeza, mas imagino que realizada pela primeira vez no Senado – é o reconhecimento nacional à luta do povo baiano.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a reverência popular dos baianos pelo 2 de julho não encontra paralelo em nenhuma data cívica em todo o Brasil. Por isso, acredito que nós temos o dever de retomar a discussão a respeito da mudança do nome do Aeroporto de Salvador, não como um gesto de retaliação ou de revanchismo, nem uma tentativa de criar brigas novas – eu já me distanciei daquela Lídice brigona e sou hoje igual ao Presidente Lula: paz e amor! Portanto, o que nós queremos, sim, é o reconhecimento dessa data, que cala muito fundo na alma do nosso povo.

Acredito que a Bahia já fez ao grande Deputado Luís Eduardo Magalhães todas as reverências possíveis: é nome do prédio da Assembleia Legislativa, de um complexo de prédios escolares distribuídos em todo o Estado, de um instituto de estudos, de ruas, de avenidas em todo o Estado da Bahia. E mesmo um Município leva o seu nome.

Se o Aeroporto de Salvador tivesse outro nome qualquer, ninguém estaria sequer discutindo isso. Mas trata-se da data mais significativa para os baianos. Trata-se da data de consolidação da independência do Brasil. E, pelo que sabemos, até o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, quando procurado pelo Deputado que propôs a mudança do nome, relutou em aceitá-la, porque tinha a devida dimensão do quanto essa data é importante para a Bahia e para os baianos.

Portanto, Sr. Presidente, a discussão que estamos propondo é para que, juntos, analisemos essa situação, inclusive com os familiares do Deputado, com o partido do Deputado Luís Eduardo, para que possamos aprovar, o mais rápido possível, o projeto, hoje do Deputado Luiz Alberto, que devolve o nome ao Aeroporto de Salvador, para que seja novamente Aeroporto 2 de Julho. E que isso não represente qualquer prejuízo à memória do Deputado Luís Eduardo, mas que represente principalmente a afirmação da data maior da Bahia, do Brasil, que mora no coração dos baianos e que precisa ter o seu reconhecimento retomado, reafirmado pelas nossas gerações.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Governador Jaques Wagner pela retomada histórica que faz da importância do 2 de Julho em nossa terra, renovando e revigorando cada um dos símbolos da participação dos baianos e dos brasileiros que ali lutaram pela nossa independência.

Muito obrigada.

## O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO

Essa Independência da Bahia, no 2 de Julho, é um dos episódios mais importantes, porque, efetivamente, só depois da capitulação das tropas portuguesas, que ocupavam Salvador, sob o comando do Brigadeiro Madeira de Melo, foi que o Império do Brasil, portanto, quase um ano depois de proclamada a Independência por Dom Pedro, finalmente pôde festejar a posse de todo o território nacional. Acho que essa é uma referência importante, para que todos saibamos o significado de se comemorar efetivamente o 2 de Julho. Através das lutas, a separação definitiva do domínio de Portugal, a importância como data máxima, e esse é o apelo desta sessão de homenagem. Ela não pode ser uma data máxima só e somente só da Bahia; ela é a data máxima de todo um contexto de independência deste País, do Brasil, do seu povo, da sua gente.

É importante frisar essa persistência das províncias, principalmente àquela época, em resistirem às tropas que migravam cada vez mais para essas províncias, como forma de tentar, nessas províncias, derrotar a Independência do Brasil. Portanto, é fundamental essa resistência, essa vitória e essa luta da Independência da Bahia.

Entre todas as comemorações, inclusive, tem um fato interessante que me chamou a atenção. Em 1849, houve um convidado muito especial na comemoração da independência da Bahia, o General Labatut, que liderou as tropas brasileiras e que, portanto, teve a oportunidade de fazer essa comemoração.

Nós poderíamos falar também como, de forma brilhante, usou a tribuna minha companheira Lídice da Mata.

Para se chegar a esse dia, o dia 2 de Julho, muitas lutas foram travadas. Não foi só e somente só um grito de independência da Bahia, mas uma conjunção de forças, uma conjunção, inclusive, de entrega, de mobilização, de envolvimento de todas as raças. Ali, principalmente o Recôncavo Baiano, que aqui representa sobejamente bem não só o nosso Governador Mangabeira, mas a força daquele povo do Recôncavo, antecipou-se a todo esse processo. Ele se juntou à nossa gente para dizer que era possível expulsar as tropas portuguesas e não permitir mais a tirania.

O Brasil do início do século XVIII ainda era muito e fortemente dominado por Portugal. Recife deu início a uma revolução anticolonial em 6 de março de 1917. Poderíamos tratar ainda de um governo que estava

em cima dos conspiradores, e, devido à violência e a uma série de assassinatos, muitos baianos resolveram resistir. Com toda essa repressão, essa revolução de Recife acabou sendo derrotada. Os presos pernambucanos foram trazidos ou levados para Bahia, e muitos fuzilados no Campo da Pólvora. Hoje, aquela praça, para todos nós, representa a Praça da Justiça. Mas é bom lembrar, ali do fórum, antes a praça efetiva, onde milhares e milhares de pessoas foram dizimadas ao longo de toda uma trajetória. Portanto, o palco da resistência.

É importante lembrar também o aspecto fundamental. Diante das insatisfações que levaram às guerras pela independência, os oficiais militares, civis, baianos passaram a resistir duramente à Junta Provisória de Governo da Bahia, que ditava as ordens da época, e, a partir disso, um grupo conspirativo realizou manifestações em 3 de novembro de 1821. A força portuguesa, em 31 de janeiro de 1822, foi modificada. Depois, em alguns dias, chega de Portugal um decreto que nomeava o Brigadeiro português Inácio Luiz Madeira de Melo o novo Governador das Armas. Os oficiais brasileiros não aceitaram essa imposição, não admitem essa imposição. O decreto, segundo, inclusive, àquela época, pelo pleito local, abordava as mesmas manifestações que tanto fazemos nas caminhadas do 2 de Julho. O povo já reagia e dizia que esse decreto, primeiro, teria que passar pelos fóruns democráticos, e não pela imposição; eles teriam que chegar à Câmara Municipal. A partir daí se estabelece a resistência, que envolve civis e militares. E Madeira de Melo não perdeu tempo: colocou suas tropas portuguesas em prontidão, como muitos fizeram durante o 2 de Julho, como muitos tentaram impor anos e anos a fio, para que o povo sequer pudesse caminhar no 2 de Julho, quiçá chegar à praça municipal e ainda por cima ter a oportunidade de discutir democraticamente na Câmara Municipal de Salvador, palco de grandes decisões democráticas.

Assim é que vamos ver o Forte São Pedro, quando os portugueses começam a invadir quartéis e o próprio Forte, inclusive o Convento da Lapa. Nesse episódio, a Abadessa Joana Angélica tentou impedir a entrada e pagou com sua vida para que tivéssemos a oportunidade de ver a liberdade renascer daquele ato heroico.

Em Salvador, Madeira de Melo fortaleceu as ligações entre Bahia e Portugal. Assim, a cidade recebeu novas tropas portuguesas, e muitas famílias baianas fugiram para o Recôncavo da Bahia, como forma não de ir embora e de desistir da resistência, mas de entrincheirar-se,

de juntar-se ao povo negro, meu caro João Jorge, Zulu e Vovô, para que aquele povo pudesse, a partir de toda aquela manha, toda aquela arte da capoeira, todas as formas adquiridas ao longo inclusive da resistência à escravidão, preparar, a partir do Paraguaçu, a nova caminhada, para a retomada da luta e consagrar, de uma vez por todas, a Independência da Bahia. No Recôncavo, houve outras lutas para a independência das cidades e fortalecimento do Exército brasileiro.

É importante salientar que Madeira de Melo recebeu novas tropas de Portugal e pretendia fechar o cerco, meu caro Bira, à Ilha de Itaparica e à Barra do Paraguaçu. Muitos dos casos não contamos, sequer citamos esses episódios. Por isso, eu falava com o Bira que é importante uma das fundamentais publicações, a partir da nossa produção cultural da Bahia, onde se destacam claramente as batalhas, a partir de 7 de setembro, a ofensiva contra a ilha. Os itaparicanos começaram a reforçar essa defesa: a batalha do Morro de São Paulo a partir da artilharia.

Portanto, é bom a gente lembrar que o nosso Morro de São Paulo não tem só a história pela beleza de hoje, pelas belas praias, mas, principalmente, como um dos focos de resistência; em 21 e 22 de outubro, os enfrentamentos entre as tropas portuguesas e brasileiras.

É importante ir citando, claramente, o que foi cada etapa, a partir da chegada dos navios, em 31 de outubro de 22. O governo do Rio de Janeiro também impôs um outro golpe duro contra os comerciantes portugueses na Bahia, determinando que todo produto estrangeiro que entrasse no porto de Salvador e dele fosse exportado para qualquer outro porto brasileiro seria onerado, mais uma vez, pelo imposto de importação, numa prova completa e cabal de enfrentamento para adotar todas as medidas para que os portugueses não continuassem na sua marcha, entrincheirados na Bahia, permitindo assim, talvez, até a retomada daquilo que, no Grito do Ipiranga, eles tinham sentido se esvaír pelos dedos.

Portanto, essa referência é fundamental para que a gente possa chegar, de uma vez por todas, a falar da nossa alegria de poder comemorar, de forma muito clara, de citar os nossos personagens, do caboclo e da cabocla, da nossa Maria Quitéria, da nossa Joana Angélica, da importância, principalmente, das figuras que, ao longo de toda uma trajetória, passaram completamente desconhecidas da nossa sociedade, mas que tiveram papéis importantes na história dessa luta do povo baiano.

Hoje, até de certa forma, figuras como Maria Quitéria e Joana Angélica ainda conseguem ter uma expressão nacional, mas a negra Maria

Filipa, que é natural de Itaparica, teve um papel decisivo e liderança destacada em toda essa caminhada para que chegássemos a esse 2 de Julho.

Por isso, folgo, hoje, em poder, aqui da tribuna, falar da nossa alegria deste momento, ao ver que o Estado da Bahia consagrou o princípio dessa caminhada e pôs no Recôncavo o principal ponto de partida para reconhecer onde começou, efetivamente, a história dessa independência da Bahia.

É importante quando a gente vê o 2 de Julho tendo, às margens de toda uma caminhada, no meio de toda a caminhada, diversos movimentos clamando por reivindicações.

Mesmo no nosso Governo, não temos um governo com 100% de excelência, mas é importante lembrar que hoje, no 2 de Julho, de forma independente, democrática, soberana, o povo caminha sem ter de enfrentar tropas comandadas por algum general, e que a sua caminhada, naquele 2 de Julho, não foi a caminhada de um chefe de província, mas a caminhada de um homem que foi eleito pelo povo para trilhar e repetir fortemente: “Com tiranos, nunca mais!”



## O SR. GOVERNADOR DA BAHIA JAQUES WAGNER

O 2 de Julho, definitivamente, não é a independência da Bahia, insisto nisso. É a independência do Brasil consolidada na Bahia, onde o ato proclamatório, como dizia há pouco o Presidente Sarney, reservadamente, foi o ato simbólico, já que, pertencente à Corte, Dom Pedro proclamou o País como independente. Como todas as independências, eu diria até que a nossa foi das menos cruentas, entre tantas outras. Sabemos que processo de libertação, por exemplo, na África, para deixar de ser colônia, seguramente, foi sequenciado por lutas muito mais duras, prolongadas, com a morte de muitos africanos e, evidentemente, dos colonizadores.

A nossa, eu diria – com perda de vidas, é evidente –, foi até curta e com menos perdas, mas é evidente que há consolidação, porque senão, Presidente Sarney, quem sabe o desenho do Brasil que nós conhecemos hoje pudesse ter um outro perímetro se, eventualmente, Madeira de Mello tivesse invertido, ganho as batalhas e se assentado por mais tempo com a reserva da Coroa Portuguesa em pedaços no Brasil.

Então, eu não tenho dúvida, talvez porque eu não tive a sorte ou a coincidência de nascer na Bahia, mas tive a inteligência de escolher a Bahia para viver, que me acolheu muito bem.

Agora, sou baiano legalizado, porque acabei de receber, no último dia 30, o título de Cidadão Baiano, concedido por aquela Casa que representa o povo da Bahia. Como acredito muito em energias, inclusive as superiores, por absoluta coincidência ganhei o título no dia 30, e minha filha, que esperava ter meu primeiro neto homem – segundo neto, porque a primeira é a Júlia, de dois anos e meio –, o viu nascer a 1º de julho, no mês da independência. Então, ficou tudo completo.

Quero dizer que, assim como em 23, e por isso o nosso 2 de Julho é de protestos também, é óbvio que, com a retomada da democracia, que coincidiu com a sua chegada à Presidência da República em 1985, evidentemente, também nós não alcançamos tudo aquilo que nós concebemos como democracia.

Reconquistamos a democracia política, institucional, a liberdade de imprensa, a liberdade do ir e vir, porém ainda estamos numa caminhada que tem sido exitosa, mas numa caminhada que ainda promete longos anos de curso para que, realmente, a democracia, no sentido verdadeiro e amplo da palavra da inclusão social, da abolição de qualquer

tipo de discriminação em nossa terra, da justiça social, possa, realmente, se instalar.

Esse é o esforço que fazemos no Estado da Bahia, há quatro anos e meio, tentando colocar os hábitos da democracia como corriqueiros nas relações com empresários, com a imprensa dentro do segmento político, mesmo entre adversários.

Anima-me muito quando alguém diz que eu contribuí – porque ninguém constrói nada sozinho – para a pacificação da operação política, tão própria da democracia no Estado da Bahia, no sentido de que podemos pensar diferente, mas não precisamos nos odiar ou nos atacar pessoalmente, e, sim, fazer da democracia o que ela é: o grande território do combate de ideias e de convicções, que têm de ser defendidas com garra, com energia, com paixão, porque acreditamos nela, mas sempre com respeito pelo contraditório, porque a democracia também é o espaço da construção de consenso.

Então, por conta disso, eu quero me somar, sem nenhum tipo de revanchismo, até porque fui parte e nunca escondi que fui parte.

Eu era amigo pessoal do ex-Deputado e ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, com quem – por coincidência, nascido na mesma data que eu e quatro anos mais novo – comemo-rei, várias vezes, o aniversário em conjunto. Como todos, emocionado pela perda precoce de uma liderança que começava a despontar, naquele momento, por voto não individual, mas por voto de lideranças, entendemos – eu disse entendemos porque eu estava naquele plenário e não reagi, como não fujo às coisas que acontecem – que aquela era uma homenagem. E depois, evidentemente, passada a emoção, entendemos também que nenhum homem, individualmente, substitui a saga de um povo, a saga do 2 de Julho.

Eu já propus, como outros, que a própria família pudesse fazer o gesto.

Falo à vontade, porque V. Ex<sup>a</sup> foi à Bahia quando da perda, da falta do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães. Hoje, como Governador do Estado, eu fiz questão de que toda a reverência merecida por um ex-Governador e Senador fosse dedicada a ele.

Então, creio que é olhando para a frente que a gente pode devolver essa alegria ao povo da Bahia, que tem, realmente, no 2 de Julho a nossa data maior. A nossa luta é para que essa data seja cada vez mais reverenciada pelos brasileiros.

Nós todos devemos aos heróis do 2 de Julho, baianos e de outros Estados que para lá foram para lutar, a consolidação da nossa independência naquele 2 de julho de 1823.

Então, quero parabenizar a nossa Bancada por esta sessão. O esforço, como Governador do Estado, no âmbito das escolas, do Hino, da transferência da Capital tem sido constante para que realmente a gente possa, mirando-se na história do 2 de julho, projetar um futuro cada vez mais de independência, de democracia e de justiça social.

Parabéns a todos. E viva o 2 de julho!

## O SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ SARNEY

Antes de encerrar esta sessão, eu queria agradecer a presença do Governador da Bahia, Dr. Jaques Wagner e também aos Senadores Lídice da Mata, João Durval e Walter Pinheiro o requerimento para esta sessão, sendo primeira signatária a Senadora Lídice da Mata. Quero agradecer ainda a presença do Srs. ministros do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, das Cidades, Mário Negromonte, e também a presença do Sr. Ministro José de Castro Meira, do Superior Tribunal de Justiça. Gostaria de registrar a presença nesta sessão da Sr<sup>a</sup> Alice Portugal, Sr. Geraldo Simões, Sr. José Carlos Araújo; Sr. Luiz Argolo e Sr. Márcio Marinho, Deputados Federais pela Bahia; do Secretário para Assuntos Internacionais da Bahia, Exm<sup>o</sup> Sr. Fernando Schimitt; do 2<sup>o</sup> Secretário da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores da Bahia, Vereador Moisés Rocha; do Diretor-Geral da Fundação Pedro Calmon, Sr. Ubiratan Castro de Araújo, que honra também esta Mesa com sua presença; da Prefeita do Município de Governador Mangabeira, Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Domingas Souza da Paixão – cuja história é muito bonita, e por ela quero homenagear também todos que aqui se encontram como representantes da Bahia –; do Sr. Saul Quadros, Presidente da Ordem dos Advogados da Bahia; do Presidente do Olodum, tão conhecido do povo brasileiro, Sr. João Jorge; do Presidente do Ilê, Sr. Antônio Carlos; e dos intérpretes dos Hinos Nacional e ao 2 de Julho, Márcia Short e Clodoldo Lima.

Minhas senhoras e meus senhores, ao encerrar esta sessão, devo dizer que a Senadora Lídice da Mata teve uma grande ideia, que deve ser imitada: de nós não esquecermos as grandes datas deste País. E uma das grandes datas que a memória histórica guarda como memorável na independência do Brasil é, sem dúvida alguma, o 2 de Julho.

A minha geração lembrava-se do 2 de Julho, imortalizado no poema de Castro Alves, Hino ao 2 de Julho:

*Era no dois de Julho.  
A pugna imensa  
Travara-se nos cerros da Bahia...  
O anjo da morte pálido cosia  
Uma vasta mortalha em Pirajá.*

E ele segue, terminando naqueles dois versos extraordinários:

*O pugilato da razão – com os erros,  
O duelo da treva – e do clarão!...*

A adesão da Bahia à independência, certamente um ato consolidador da independência do Brasil, uma vez que, proclamada a independência, restavam os focos que os portugueses ainda mantinham da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão. Sem a Bahia aderindo à independência, ela ainda não estava consolidada. E o Imperador, então, contrata um almirante inglês, chamado Lord Cochrane, que já tinha vindo do Chile, para que ele ajudasse a realmente afastar a esquadra portuguesa que nessas cidades dava cobertura aos movimentos que ali recusavam ainda a independência do Brasil. Lord Cochrane vai à Bahia e, em uma manobra extraordinária, à noite, invade a esquadra que ali se encontrava, que era para apoiar os que desejavam que a Bahia permanecesse portuguesa, e, com esse gesto, ele expulsa a esquadra portuguesa e, ao mesmo tempo, dá cobertura aos libertadores da Bahia. Mas quando ele chega e faz isso, já o povo baiano, vindo do interior, com o sentimento de nacionalidade que ali cresceu desde a Revolução dos Alfaiates, como aqui falou o Senador João Durval, realmente chega-se àquela batalha final de Pirajá, quando devemos ressaltar as figuras que derrotaram o governador Madeira de Mello. E, sem dúvida alguma, dentre elas não podemos esquecer as mulheres que aqui foram citadas e que fazem parte do imaginário brasileiro, como aquela freira abadessa do Convento da Lapa, que era Angélica, a ser morta pelos soldados do governador Madeira de Mello. E também essa Maria Quitéria, que até hoje permanece no imaginário popular do Brasil.

Portanto, o 2 de julho tem, sem dúvida alguma, uma significação extraordinária, porque é o que consolida a independência do País.

José Bonifácio dizia que a independência não se completou – não digo que não se consolidou – porque não foi aproveitada para se fazer a abolição da escravidão e a libertação dos índios. Era ele quem dizia isso, que nós hoje reconhecemos como extremamente verdadeiro.

Depois da independência da Bahia, Lorde Cochrane passa por Pernambuco, passa pelo Ceará e chega ao Maranhão, onde também já as forças de libertação vinham desde o interior do Piauí, nas lutas pela independência do Brasil, na Batalha do Jenipapo, resistindo ao Fidié, nas lutas da cidade de Caxias, e chegam até São Luís do Maranhão, onde

Lorde Cochrane mancha a sua carreira pilhando a cidade de São Luís e saindo para a Inglaterra. Mesmo assim, Dom Pedro I ainda lhe deu o título de Marquês do Maranhão.

Essa é a história do Brasil. Mas o 2 de Julho ficará indelével como o consolidador da Independência, onde começamos a construir a unidade nacional em torno do grande País, que foi feito por todos que nos antecederam, que está sendo construído por todos nós e para o qual, sem dúvida alguma, vemos um grande futuro.

Quando me perguntaram, outro dia – todo mundo afirma isso –, “o século XXI será o século da China?”, eu dizia: “Não, o século XXI será o século do Brasil e do povo brasileiro.”

Muito obrigado.



Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL









Senadora  
**LÍDICE DA MATA**

**Gabinete da Senadora Lídice da Mata**

Ala Senador Teotônio Vilela, nº 15  
Anexo II – Senado Federal  
CEP 70165-900 – Brasília/DF  
Tel.: (61) 3303-6408 – Fax: (61) 3303-6414  
e-mail: lidice.mata@senadora.gov.br

**Escritório de Apoio Parlamentar**

Rua Jacobina, nº 64  
Ed. Empresarial Rio Vermelho – Salas 101/102  
CEP 41940-160 – Salvador/BA  
Tel./Fax: (71) 3240-3455/3326  
e-mail: lidice@lidice.com.br